

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

A GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA ÁSIA-PACÍFICO: AS PARTICULARIDADES DO CASO CHINÊS

Diego Pautasso

Boletim Gaúcho de Geografia, 34: 37-56, maio, 2009.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37427/24173>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 2009

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO NA ÁSIA-PACÍFICO: AS PARTICULARIDADES DO CASO CHINÊS¹

Diego Pautasso²

Quando a China despertar, o mundo se comoverá
Napoleão Bonaparte

Resumo

As “três ondas” de desenvolvimento da Ásia-Pacífico, com o Japão, com os Tigres Asiáticos e com a China, assentaram-se em elementos comuns que caracterizam o modelo asiático. Nesse sentido, a “onda chinesa” reproduziu os elementos centrais do modelo asiático e das experiências de desenvolvimento do próprio Ocidente. O argumento central deste artigo é, pois, que as particularidades da China situam-se não na trajetória de desenvolvimento, mas nos recursos de poder deste país, capazes de influenciar a reorganização da geografia do poder mundial.

Palavras-chave: desenvolvimento na Ásia-Pacífico e China - modelo asiático - geografia do poder mundial.

THE GEOGRAPHY OF THE DEVELOPMENT IN THE ASIA-PACIFIC: THE PARTICULARITIES OF THE CHINESE CASE

Abstract

The “three waves” of development in asian-pacific, with Japan and Asiatic Tigers and China, are based on common elements that characterizes the Asian models. In this sense, the “chinese waves” reproduce the central element of Asiatic models and the experiences of occidental development. The central issue of this article is that the Chinese particularities are not situated on the trajectories of development, but in the power resources of this country. These resources are capable of influencing the reorganization of world geography power.

¹ Este artigo é uma adaptação de parte dos capítulos 1 e 4 (1.2, 1.3 e 4.1) da dissertação de mestrado orientada pelo Dr. Marcos Cepik e defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, na linha de Política Internacional, em dezembro de 2006.

² É graduado em Geografia, mestre e doutorando em Ciência Política pela UFRGS. Atualmente é estudante-pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT-UFRGS) e professor de Relações Internacionais da ESPM e de Geografia do Curso Diplomacia e do Colégio Militar de Porto Alegre. E-mail: dpautasso@espm.br

Keywords: development in asian-pacific and China - asiatic models - world geography power.

Introdução

As “ondas” de desenvolvimento na Ásia-Pacífico³ após a 2ª Guerra Mundial estão redefinindo a geografia do poder mundial, especialmente devido à ascensão da China. Se a “primeira onda” foi representada pelo desenvolvimento do Japão, a “segunda onda” foi representada pelos Tigres Asiáticos e a “terceira onda” pela China. O argumento central é, pois, que a “onda chinesa” apresenta *particularidades* capazes de influenciar a reorganização do sistema internacional. E, no conjunto, estas “ondas” indicam o crescente dinamismo da Ásia-Pacífico a partir da segunda metade do século XX, deslocando a centralidade histórica do Atlântico Norte.

As particularidades da “onda chinesa” referem-se aos períodos anterior e posterior à incorporação do país no moderno sistema mundial. Enquanto o desenvolvido Império da China respondia passivamente aos imperativos da inserção internacional, sucumbindo com as Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-58), o modesto Japão respondia ativamente, com a modernização desencadeada pela Restauração Meiji (1868). Somente a Revolução Chinesa (1949) marcaria o início da reconstrução nacional, através de uma aliança com a URSS⁴, enquanto o Japão se tornaria a base de poder regional dos EUA na Ásia-Pacífico, no contexto da Guerra Fria, desencadeando um “milagre” (1950-80) desenvolvimentista. As particularidades da “onda chinesa” são ainda mais interessantes no último quartel do século XX, já que o país cria, através da rápida modernização, condições para reorganizar a geografia do poder mundial - diferentemente das “ondas” do Japão e dos Tigres Asiáticos. Trata-se, pois, de um artigo que visa à articulação da geografia política e da economia política para a compreensão das mudanças pelas quais passa a Ásia Oriental e o próprio sistema internacional.

A arrancada desenvolvimentista da Ásia-Pacífico: as “três ondas”

A Ásia-Pacífico está respondendo *ativamente* às transformações em curso no sistema internacional desde os anos 1970. Este contexto marca uma reestruturação da economia mundial, baseada na Revolução Científico-Tecnológica, no toyotismo e na nova Divisão Internacional do Trabalho, bem como na reorganização da *geografia do poder mundial*. O Japão, os Tigres

³ Este conceito de Ásia-Pacífico não incluiu as nações não-asiáticas do Pacífico: EUA, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e países da América Latina. Assim, é uma ampla região que inclui o Extremo Oriente (China, Mongólia, Coreia do Sul, Coreia do Norte, Japão e Taiwan) e o Sudeste da Ásia (Indonésia, Malásia, Cingapura, Filipinas, Vietnã, Laos, Camboja e Tailândia), estando circundada pela Ásia Setentrional (Rússia), Central (Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão, Quirguistão) e Meridional (Paquistão, Índia, Nepal, Butão, Bangladesh, Mianma e Sri Lanka).

⁴ Como atesta o Pacto Militar Sino-Soviético de 1950, entre Stálin e Mao. Ver CEPIK, M.; MARTINS, J. *Política Internacional*. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004, p. 43.

Asiáticos e a China têm desencadeado arrancadas desenvolvimentistas que apresentam fortes traços comuns.

As “três ondas” de desenvolvimento na Ásia-Pacífico apresentam aspectos comuns que caracterizam um *modelo asiático*. No âmbito político e diplomático, o modelo caracteriza-se por poderes políticos centralizados e baseados em partidos únicos ou amplamente dominantes; por coesos pactos sociais em que o Estado garante progresso e eficácia política, recebendo em contrapartida o respeito à ordem, embora não esteja excluída a repressão; por valores comunitários à frente do individualismo; e por uma política externa afirmativa e defensora da soberania e da não-ingerência em assuntos domésticos. Já, no âmbito econômico, o modelo asiático caracteriza-se por um *take off* baseado em um Estado forte, intervindo, planejando e regulando o mercado; por uma articulação entre Estado e grandes corporações; por uma ampla utilização de mão-de-obra barata, disciplinada e qualificada no início da industrialização; por elevadas taxas de poupança, baixos juros e grandes investimentos (por vezes estrangeiros); por uma política comercial arrojada prioritariamente e inicialmente voltada para as exportações (especialmente o mercado dos EUA) e com moeda subvalorizada⁵.

Nesse sentido, o modelo asiático de desenvolvimento moldou fundamentalmente tanto a modernização do Japão quanto a dos Tigres Asiáticos. A “primeira onda”, a do Japão, se desenvolveu a partir dos anos 1950, com apoio direto dos EUA, visando a objetivos ligados à Guerra Fria e à polarização na região. Já a “segunda onda”, a dos Tigres Asiáticos, se desenvolveu a partir dos anos 1970, obedecendo a outras lógicas: a depressão da economia capitalista no centro do sistema e a superacumulação de capitais no Ocidente; a rivalidade nipo-americana, expressa nos Acordos Plaza (1985) de valorização da moeda japonesa; o crescimento da economia japonesa e de suas corporações, assim como a busca destas por redução de custos de produção, entre outros.

A “onda chinesa” de desenvolvimento deu-se, *internacionalmente*, como resposta ativa ao período depressivo da economia mundial pós-1973, e ao ciclo de globalização que se seguiu, e, *internamente*, ao isolamento diplomático decorrente da ruptura sino-soviética e aos percalços internos produzidos pela Revolução Cultural (1966-76). Em função da conjuntura adversa, a China desencadearia uma flexão política nos assuntos domésticos e diplomáticos. O governo chinês conduziria à fusão do ‘Estado revolucionário’ com o ‘Estado desenvolvimentista’ (CASTELLS, 1999, p. 353), realizando “uma espécie de gigantesca e prolongada NEP” (Nova Política Econômica), que recolocou na modernização, e não na luta de classes, o núcleo da superação

⁵ Ver VIZENTINI; RODRIGUES (2000, p. 97), SALINAS (1985) e MAGNOLI (2006, p. 256-260)

do atraso e do isolamento diplomático chinês (LOSURDO, 2004, p. 67)⁶. O governo da China realizou uma manobra diplomática imediata com vistas a aproveitar a *brecha histórica* que se abria no sistema internacional - sabendo - contudo, “diferenciar entre o permanente e o tático” (KISSINGER, 1997, p. 867).

A Ásia-Pacífico está, portanto, redefinindo sua posição no sistema internacional, criando um eixo alternativo ao domínio do Atlântico Norte. Desde os anos 1970, a região tem ascendido à condição de centro dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial, justamente, quando os “esforços de desenvolvimento desmoronaram em todas as outras partes do mundo” (ARRIGHI, 1998, p. 93-6). O argumento central é que as particularidades da “onda chinesa” são capazes de alterar a correlação de forças em escala mundial, devido aos recursos de poder e ao projeto nacional que a sustenta.

A “onda chinesa” de desenvolvimento

No final da década de 1970, a China já havia superado os principais problemas de reconstrução nacional ligados à consolidação do regime e à segurança, mas ainda apresentava uma economia débil numa conjuntura internacional adversa. A preocupação do governo chinês voltou-se para a modernização, utilizando-se da razoável base para uma arrancada industrial⁷. Nos anos 1980-90, enquanto os governos na América Latina e África aceitavam de forma acrítica a globalização da agenda liberalizante⁸, na Ásia-Pacífico o que se viu foi a *globalização do Estado*, isto é, a forte estruturação e mobilização do aparelho estatal para impulsionar o desenvolvimento nacional.

A inserção internacional da China, efetivada por uma aliança com os EUA, no início da década de 1970, combinou-se com uma reorientação das políticas domésticas de desenvolvimento, a partir da liderança de Deng Xiaoping e da política de Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas)⁹. Havia ficado claro o atraso da China que, em 1978, com cerca de 900 milhões de habitantes, tinha um nível de desenvolvimento comparável ao da URSS em 1938 (JABBOUR, 2006, p. 214) após a guerra civil e a Grande Depressão.

A crise do petróleo havia golpeado as economias capitalistas, enquanto se agravavam os problemas nos países socialistas, demonstrados pelo baixo

⁶ Aliás, o autor demonstra ao longo da obra que o imperativo de desenvolvimento das forças produtivas já havia sido destacado por pensadores como Marx e Engels, bem como por Lênin e mesmo Mao Tsé-tung.

⁷ Segundo AMIN (2006, p. 208), no período de 1957-75 a China havia registrado crescimento de 5,3% do PIB, bem acima dos 2% evidenciados no resto do Terceiro Mundo.

⁸ Não será discutida aqui a agenda liberalizante adotada na América Latina e na África a partir de condicionalidades impostas por organismos internacionais, como FMI, Banco Mundial e OMC, bem como pelas articulações políticas manifestas no Consenso de Washington (1989), por exemplo.

⁹ A liderança de Deng Xiaoping deu-se na 13ª Seção Plenária do Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC), em dezembro de 1978, após uma tumultuada disputa interna nos anos 1970.

crescimento do PIB e da produtividade do trabalho. No caso da China, somava-se o isolamento internacional e a instabilidade interna acentuados pela Revolução Cultural. Os desafios aos dirigentes chineses se mostravam grandiosos: superar o atraso nas difíceis condições territoriais e demográficas; criar, por isso, condições de financiamento e de acesso à tecnologia; experimentar a superação destes problemas em formações periféricas e numa correlação de forças internacionais desfavorável.

Na política das Quatro Modernizações, a primeira medida estava voltada para os camponeses, visando ao fortalecimento do pacto de poder que produziu a revolução, e sustentava o PCCh, e o aumento da produção agrícola¹⁰. A segunda visava a modernizar a estrutura industrial, dotando-a de melhor gestão dos recursos (humanos¹¹ e materiais), bem como de mais eficientes técnicas de produção. Isto se articulava à terceira medida, que estava vinculada ao incentivo à ciência e à tecnologia, e à quarta medida, que visava a prover as forças armadas de um razoável poder defensivo e dissuasório.

As Quatro Modernizações de Deng Xiaoping eram o núcleo do salto desenvolvimentista e da retomada da estabilidade interna¹². No plano interno, o atraso seria superado pelas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) atuando como ferramentas de política econômica e de desenvolvimento. As ZEE's implantadas nos anos 1980, inspiradas nas Zonas de Processamento de Exportações sul-coreanas, tinham como objetivo captar Investimentos Externos Diretos (IED's) - grande parte sob a forma de *joint ventures* entre empresas estatais chinesas e empresas estrangeiras.

Até 1991 os IED's na China estavam abaixo de 1% do PIB (MEDEIROS, 1999, p. 388), apesar das políticas de captação de investimentos. Após esse período, os IED's cresceram consideravelmente sua participação na economia chinesa, aprofundando sua internacionalização. Contudo, apesar do crescimento em números absolutos dos IED's, chegando a mais de 60 bilhões em 2004, a relação destes com o PIB tem diminuído de forma sensível. Se, em 1991, os IED's alcançam somente o montante de 1,1% do PIB, em 1994, chegam ao pico de 6,2%, quando, então, começam a regredir para a casa dos

¹⁰ A descoletivização do campo se deu através das *cotas de responsabilidade*, ou seja, o governo garantia uma parcela da produção a baixo custo para as cidades e liberava o excedente para o comércio. Está nessa política parte importante da recomposição da base política do PCCh e do insucesso da contra-revolução de 1989 na Praça de Tiananmen (Paz celestial). Aliás, historicamente, as revoltas camponesas têm derrubado as burocracias quando estas se tornam ineptas - afinal, *o mandato é delegado pelos céus mas é revogável pelo povo*. Cabe destacar ainda que trata-se de alimentar mais de 20% da população mundial com cerca de 6% das terras agricultáveis do mundo.

¹¹ Para ilustrar a debilidades dos recursos humanos na China, podemos utilizar o seguinte dado oferecido por SPENCE (1995, p. 642): no final dos anos 1970 apenas 0,87% da força de trabalho chinesa tinha diploma universitário!

¹² Deng entendia que não poderia haver "socialismo com pauperismo", já que "socialismo significa eliminação da miséria" e desenvolvimento das forças produtivas. Ver XIAOPING, D. apud LOSURDO, D. 2004, p. 155.

3%. Isso revela que a propalada vulnerabilidade chinesa em relação aos IED's não é tão significativa devido ao volume dos investimentos públicos (Tabela1).

1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
0,2%	0,4%	0,5%	0,6%	0,7%	0,8%	0,8%	0,9%	1,1%	2,3%	4,6%
1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
6,2%	5,1%	4,9%	4,9%	4,6%	3,9%	3,6%	3,8%	3,9%	3,3%	3,6%

Tabela 1: Relação IED/PIB na China

Fonte: China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn

O mais importante é que os IED's absorvidos por meio das ZEE's estão em um enquadramento institucional que resulta na modernização do parque industrial e na captação e transferência de tecnologia. Ou seja, entre 1998-2002, apenas 4% dos IED's na China foram para fusões e aquisições, enquanto o restante gerou novas capacidades produtivas¹³. As ZEE's, além do desenvolvimento das forças produtivas, proporcionaram, através das exportações, o fortalecimento das reservas cambiais e da capacidade de investimento do Estado. Com efeito, as ZEE's ensejaram estabilidade social e a reunificação do país, pois obedeciam também a uma lógica geopolítica (JABBOUR, 2006, p. 220): das quatro primeiras lançadas em 1982, três delas estavam voltadas às áreas de soberania ameaçada (Shenzen¹⁴, fazendo fronteira com Hong Kong; Zhuhai com Macau; e Xiamen voltada para Taiwan) e Shantou voltada às colônias chinesas no Sudeste Asiático.

Dessa maneira, a China passa a receber investimentos dos chineses ultramarinos e dos capitais japoneses sobreacumulados. Os chineses ultramarinos foram assumindo a condição de *força motora* do desenvolvimento na Ásia-Pacífico, especialmente no Sudeste Asiático. Ao mesmo tempo em que possuem vínculos étnicos com a população da China, estes chineses têm vínculos internacionais por intermédio de suas redes de negócios. É bom destacar que os chineses ultramarinos compõem quase a totalidade da população de Hong Kong e Taiwan; três quartos da população de Cingapura; e a parte mais rica da população da Malásia, Tailândia, Indonésia e Filipinas (PINTO, 2000, p. 40-5). Já, os capitais japoneses passaram a expandir-se transnacionalmente para obter vantagens na competição internacional, tendo em vista o encarecimento da mão-de-obra e dos outros insumos no espaço nacional. Dessa forma, criou-se, a partir do sistema de subcontratação e transplante da ponta de menor valor agregado do sistema

¹³ Em outros países que adotaram os ajustes liberalizantes, como o Brasil, mais da metade dos IED's foram para fusões e aquisições, não contribuindo para a ampliação do parque produtivo e gerando desnacionalizações.

¹⁴ Esta cidade, que tinha 300 mil habitantes em 1982, cresceu cerca de 28% ao ano nos últimos 25 anos e tem atualmente 8 milhões de habitantes.

produtivo japonês, um impulso desenvolvimentista na região (ARRIGHI, 1998, p. 110 e 114)¹⁵.

Após duas décadas de reformas, a China já havia experimentado acelerada modernização, sem, contudo, abrir mão da capacidade de *direção estatal* do desenvolvimento. Foi, aliás, justamente o planejamento estatal que, diferente de outros países da região, poupou a China da crise financeira asiática (1997), já que garantia ao país grandes reservas cambiais e absoluto controle das contas de capitais. Mesmo crescendo 8,8% em 1997 e 7,8% em 1998, a crise financeira demonstrou ao governo chinês que a política econômica deveria fortalecer o mercado doméstico. Ou seja, ao controle sobre câmbio, créditos e juros para fomentar a internalização de tecnologias e adensamento produtivo, o país deveria impulsionar o fortalecimento do mercado interno.

O governo chinês reagiu à crise orientando as políticas estatais para volumosos gastos públicos em infraestrutura com a intenção de criar um mercado interno em condições de proteger o país de efeitos relacionados ao fechamento e/ou instabilidade dos mercados externos. Nesse sentido, o governo da China vislumbrava uma política econômica voltada para a utilização da capacidade produtiva instalada (setor ocioso) para, através de um sistema estatal de intermediação financeira capaz de fornecer capitais a juros baixos, promover o setor de infraestrutura (setor estrangulado) (JABBOUR, E. 2006, p. 171-178)¹⁶.

É nesse contexto que se enquadra o projeto Grande Desenvolvimento do Oeste, lançado em 1999. Entre 1999 e 2004, foram investidos US\$ 500 bilhões de dólares no Oeste do país em mais de 50 mil pequenas, médias e grandes obras de infraestrutura. Para ilustrar algumas das obras mais importantes, podemos citar: as usinas hidroelétricas de Ertan e Três Gargantas; a ferrovia de 1.125 km ligando Lhasa (Tibet) a Golmut (Qinghai); o gasoduto Oeste-leste, de 4.221 km, ligando Lunnan, no Xinjiang, a Shanghai, entre outros (JABBOUR, 2006, p. 207)¹⁷. No mesmo caminho, a atrasada municipalidade autônoma de Chongqing, no curso médio do Yang Tsé, três vezes maior do que a Bélgica, tem recebido vultosos investimentos para transformar-se na *Chicago da China* - numa referência ao papel de entroncamento ferroviário e mercado redistribuidor da produção agrícola das

¹⁵ A pressão exercida pelos EUA para que o iene japonês fosse valorizado (1985), visando a reduzir os déficits comerciais norte-americanos, acabou por acentuar os investimentos japoneses feitos nos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul) e na própria China.

¹⁶ Segundo Jabbour, Ignácio Rangel foi o maior economista brasileiro do século XX, fornecendo-lhe, através desta "dialética da capacidade ociosa", o fio de Ariadne teórico para o entendimento do grande salto chinês pós-1997.

¹⁷ É bom salientar que 80% do trajeto da ferrovia estão a uma altitude média de 4.000 m e 50% sob "permafrost" (gelo permanente e ar rarefeito).

novas áreas - desempenhado por Chicago na continentalização da economia americana (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

O desenvolvimento do Oeste da China tem sido importante para resolver importantes impasses, tais como: diminuir as desigualdades regionais e mesmo sociais; estabilizar áreas de soberania ameaçadas (Tibet e Xinjiang); gerar um novo ciclo de desenvolvimento com adensamento do mercado doméstico; formar uma sólida economia continental com moderna infraestrutura; fortalecer a segurança nacional; bem como suprir o litoral chinês de petróleo, gás natural e energia elétrica - abundantes no interior do país. O acúmulo de capital no litoral, promovido pelas exportações, permite carrear recursos para as áreas interioranas mais atrasadas da China. É dessa forma que as desigualdades regionais têm sido combatidas, o que permite significativo crescimento de regiões do interior do país e a superação parcial de adversidades naturais, expressa nos desertos de Takla Makan e de Gobi e no planalto do Tibet (Tabela 2).

<i>Mongólia</i>	<i>Sichuan</i>	<i>Yunnan</i>	<i>Tibet</i>	<i>Gansu</i>	<i>Qinghai</i>	<i>Xinjiang</i>
53,8%	36%	26,2%	57,1%	32,7%	46,8%	37,5%

Tabela 2: Crescimento econômico das províncias do interior chinês (2000-2003)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.cebc.org.br

Esses investimentos estatais, em infraestrutura de transporte e de energia, visam a responder à liberação de mão-de-obra tanto no campo quanto na cidade. No campo, a mão-de-obra excedente está relacionada à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, o que implicou a progressiva eliminação dos subsídios à agricultura e das tarifas alfandegárias. Nas cidades, está relacionada a reestruturações das formas de gestão e organização da produção das estatais e aos respectivos ganhos de produtividade do país.

A conformação de economia continental suprida de avançadas forças produtivas, com um pujante mercado interno, tem dependido da elevação do padrão de vida da população, evidenciado pelo crescimento real do salário médio e pela evolução do PIB/per capita. No pior momento, entre 1995-97, o crescimento real do salário foi próximo a 3% ao ano, enquanto que, após 1998, a taxa tem alcançado a impressionante média de mais de 13% ao ano (Tabela 3).

<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>
5,6%	8,9%	8,5%	8,4%	3,5%	4,2%	1,3%
<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
16,5%	13,3%	11,9%	15,2%	15,2%	11,7%	10,7%

Tabela 3: Taxa de crescimento real do salário médio na China**Fonte:** China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn

O resultado se expressa na evolução do PIB per capita chinês que, no contexto das reformas, em 1979, era de US\$ 50.42, chegando, em 2003, a mais de US\$ 1,100. Este é um crescimento de quase 22 vezes em apenas duas décadas e meia (Tabela 4), o que explica em grande medida a retirada de cerca de 400 milhões de pessoas da pobreza. Assim, apesar de apresentar salário nominal relativamente baixo, a população chinesa tem salário real razoável, devido ao baixo custo de vida, e em rápida progressão. Aliás, o que é ilustrativo nos dados estatísticos chineses construídos em PPP (poder de paridade de compra).

1980	55,42	1988	163,85	1996	674,24
1981	59,13	1989	182,83	1997	732,04
1982	63,48	1990	197,58	1998	762,76
1983	70,13	1991	227,21	1999	792,14
1984	83,68	1992	276,54	2000	856,80
1985	103,14	1993	355,38	2001	925,20
1986	115,60	1994	474,37	2002	993,23
1987	133,49	1995	586,94	2003	1.100,48

Tabela 4: Evolução do PIB per capita na China**Fonte:** China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn**A China subindo a escada?**

Apesar do processo de modernização não ocorrer homogeneamente no território nacional, a evolução no âmbito social e territorial tem sido notável. Nesse sentido, há relativo consenso acerca do acelerado desenvolvimento da China com suas políticas de modernização. Entretanto, o debate se torna mais complexo e contraditório quando se refere à solidez e à capacidade do país superar os desafios que vão surgindo ao longo deste processo. Cabe, portanto, buscar nas referências históricas e comparadas o auxílio na avaliação da “novidade” de tal processo, bem como na de seus êxitos e desafios.

As nações que obtiveram sucesso no seu processo de desenvolvimento usaram ativamente políticas industriais, comerciais e tecnológicas (ICT). Não há novidade em subsidiar insumos de produtos voltados à exportação; realizar grandes obras de infraestrutura; financiar o acesso à tecnologia estrangeira (via capacitação de cientistas no exterior, espionagem ou não-reconhecimento de patentes); investir em ciência, tecnologia e educação; criar mecanismos institucionais para facilitar a parceria público-privada (*joint*

ventures, acordos para cartelização, concessão do direito de monopólio); entre outras políticas (CHANG, 2004, p. 35-7)¹⁸.

O núcleo dessas políticas foi adotado pelos países de industrialização pioneira (Reino Unido e EUA), de industrialização tardia (Alemanha e Japão) e pelos novos países industrializados (Brasil e Coreia do Sul) para “subirem a escada” do desenvolvimento. Se analisarmos as experiências de desenvolvimento da Ásia-Pacífico, as “três ondas” (Japão, anos 50-70; os Tigres Asiáticos, anos 1970-90; e a China, pós-1980) possuem semelhanças vinculadas ao modelo asiático de desenvolvimento acima analisado, bem como com as experiências de desenvolvimento do Ocidente.

No caso da experiência chinesa, a poupança doméstica não tem baixado da casa dos 30%, alcançando a partir de 1993 índices próximos ou superiores a 40% (Tabela 5). Assim, ela permite ao governo utilizar o crédito abundante, com juros baixos, como um importante mecanismo de desenvolvimento. Além da poupança doméstica, os superávits comerciais obtidos principalmente no comércio com os EUA permitem à China realizar novos investimentos, criar sólidas reservas internacionais (de cerca de 2 trilhões em 2009) e assumir déficits nas relações comerciais com países periféricos, ampliando sua projeção internacional.

1984	35,10	1991	38,00	1998	41,00
1985	34,00	1992	37,50	1999	39,50
1986	35,30	1993	41,40	2000	38,20
1987	36,80	1994	42,50	2001	40,00
1988	35,90	1995	41,10	2002	43,00
1989	35,10	1996	40,50	2003	46,10
1990	37,80	1997	42,30	2004	49,70

Tabela 5: Relação Poupança/PIB nominal na China (%)

Fonte: China Statistical Yearbook - www.stats.gov.cn

O desenvolvimentismo chinês não está, portanto, a “inventar a roda”. O que surpreende é a velocidade com que a China tem passado, no cenário de *crise hegemônica e transição sistêmica* do final do século XX, de uma fase quantitativa para outra qualitativa de desenvolvimento. Ou seja, apesar do difícil ponto de partida dos anos 1970, a China tem melhorado rapidamente o conteúdo das suas exportações pela dinamização do seu parque produtivo.

A evolução do comércio exterior da China fornece-nos subsídios para entender a inserção internacional do país. Se, em 1985, os produtos de alta intensidade tecnológica (INTEC) representavam apenas 2,6% da pauta de

¹⁸ Essa obra discute, caso a caso, exaustivamente, as políticas usadas pelos países que lograram êxito no seu desenvolvimento. Não trata-se de aplicar a teoria da modernização, mas sim de entender, numa perspectiva histórico-comparada, as trajetórias de modernização.

exportação chinesa, em 2000, a taxa já alcançava 22,4%. Os produtos primários representavam 35% das exportações chinesas passando em 2000 para apenas 4,7%. Em 1985, a China tinha uma participação no comércio mundial de 0,4% em bens de alta INTEC e 2,4% em produtos primários, enquanto que em 2000 os bens de alta INTEC somaram 6% e os produtos primários 2,3% (Tabela 6). Aliás, observa-se uma grande presença das multinacionais chinesas no mundo, em setores diversos, desde a indústria tradicional (petróleo e mineração) à indústria de ponta (tecnologia da informação), passando por empresas de engenharia, entre outras.

<i>Produto</i>	<i>1985</i>	<i>1990</i>	<i>1995</i>	<i>2000</i>
<i>I - Participação no comércio internacional</i>	<i>1,6</i>	<i>2,8</i>	<i>4,8</i>	<i>6,1</i>
1. produtos primários	2,4	2,6	2,5	2,3
2. manufaturas baseadas em recursos naturais	1,1	1,3	2,1	2,7
3. manufaturas sem base em recursos naturais	1,5	3,4	6,1	7,8
Baixa INTEC	4,5	9,1	15,5	18,7
Média INTEC	0,4	1,4	2,6	3,6
Alta INTEC	0,4	1,4	3,6	6,0
4. outros	0,7	0,7	1,4	1,8
<i>II - Composição da pauta chinesa</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>
1. produtos primários	35,0	14,6	7,0	4,7
2. manufaturas baseadas em recursos naturais	13,6	8,2	7,4	6,9
3. manufaturas sem base em recursos naturais	50,0	76,2	84,6	87,1
Baixa INTEC	39,7	53,6	53,5	47,6
Média INTEC	7,7	15,4	16,9	17,3
Alta INTEC	2,6	7,3	14,2	22,4
4. outros	1,4	0,8	1,0	1,1

Tabela 6: Competitividade chinesa no comércio internacional

Fonte: Boletim NEIT (UNICAMP) apud JABBOUR, E. 2006, p. 219

Nesse sentido, ao governo chinês tem-se apresentado a difícil tarefa de aprofundar a modernização do país sem produzir uma *desnacionalização* que acarrete vulnerabilidades internas e/ou externas. Ou seja, é preciso captar os investimentos estrangeiros e, ao mesmo tempo, manter a capacidade estatal de planejar a economia, de modo a não transferir para o exterior a gestão do parque produtivo, tampouco colocar em dificuldade as contas externas.

No plano institucional, algumas das críticas com relação à evolução da China também não estão levando em conta as experiências históricas. As instituições de bem-estar social (como legislações trabalhistas ou previdenciárias), as instituições financeiras, as instituições políticas, a burocracia e o judiciário mais transparentes surgiram como *consequência* do desenvolvimento, e *não como causa*. Essas instituições são atualmente recomendadas aos países em desenvolvimento como parte do pacote de “boa governança”, que inclui o abandono das políticas de ICT, num claro intuito de “chutar a escada” (CHANG, 2004, p. 123-215). A experiência chinesa, aliás, demonstra em vários níveis o desenvolvimento das instituições de bem-estar social, sem, contudo, copiar a trajetória do Ocidente.

No entanto, inegavelmente há elementos novos nesse processo de modernização, especialmente três. Primeiro, pode-se destacar a centralidade do poder estatal na direção do desenvolvimento, sob o controle do PCCh, o que tem garantido uma capacidade de resistência às pressões externas. Segundo, as dimensões geográficas e geopolíticas da China permitem ao país reorganizar a geografia do poder mundial (diferente, pois, de um novo país industrializado como a Coreia do Sul). Por fim, sua *ascensão pacífica* que, diferentemente de outras potências emergentes, não está a recorrer à pilhagem de riquezas, invasões, colonizações ou guerras de agressão em grande escala (BIJIAN, 2005)¹⁹. Entretanto, a noção de ascensão pacífica não se confunde com a de pacifismo, ao contrário, é uma noção realista que reconhece que o governo não vacilaria caso o país fosse objeto de violação de soberania ou de agressão externa. Mas, mais importante, à China não interessa mudar profundamente o sistema internacional porque está logrando notável êxito no desenvolvimento, diferentemente de países que estão se sentindo desafiados e em posição de *desvantagem* relativa.

Apesar do exitoso desenvolvimento da China, seus próprios dirigentes reconhecem inúmeros desafios e contradições: o aumento do PIB e o progresso social; o desenvolvimento tecnológico e o aumento das oportunidades de emprego; a contenção do desenvolvimento nas regiões costeiras e a aceleração no interior do país; o fortalecimento da urbanização e o cuidado com as áreas agrícolas; a diminuição das diferenças entre ricos e pobres e a manutenção da vitalidade e eficiência econômicas; a atração de mais investimentos estrangeiros e a ampliação dos mercados domésticos e

¹⁹ Ao longo do artigo, o autor aponta os elementos que fundamentam a tese da “ascensão pacífica” e as contradições que o país tem de enfrentar. Podemos destacar ainda que, apesar de ter tido condições no passado de adotar políticas expansionistas, somente assumiu tais formas quando dinastias não-chinesas (mongóis e manchus) governaram o Império. Os conflitos em que a China se envolveu ao longo da história estão no círculo imediato do território nacional: península coreana (1950-53), Índia (1962), URSS (1969) e Vietnã (1974-79-88). O ponto a ser observado é como a diplomacia chinesa buscará reeditar a *visão sinocêntrica* de mundo, assentada na unidade e harmonia. A unidade, visto que a China polarizaria uma vasta região vizinha, e a harmonia, já que esta influência poderia se dar de forma pacífica.

solidificação da independência nacional; a abertura da competição de mercado com a proteção da população em desvantagem (BIJIAN, 2005).

A China ainda continua enfrentando outros importantes desafios. A política do filho único deve proporcionar rápida transição demográfica, produzindo efeitos sobre a população economicamente ativa (PEA) e o sistema previdenciário, bem como desequilíbrios de gênero. O suprimento energético é de grande escala, já que a China tornou-se o 3º maior importador mundial de petróleo (2006) e, por consequência, depara-se com a grande ascendência política dos EUA nesse campo. A rápida modernização do país ainda traz problemas ligados ao meio ambiente, já que implica grandes transformações para proporcionar bem-estar à população. Além disso, o aparelho estatal chinês está ainda à procura de sua forma institucional.

Enfim, cada desafio superado impõe novos problemas a serem resolvidos, e, nesse sentido, o governo chinês tem demonstrado grande aptidão. De qualquer maneira, os processos de modernização *sempre*²⁰ produzem novos desafios, sendo permeados por profundas transformações e conflitos de toda ordem. As particularidades da China não estão, portanto, na trajetória de desenvolvimento e em suas contradições, mas sim nos *recursos de poder* que este país possui e que podem contribuir na definição da nova ordem mundial em gestação.

A China e a nova geografia do poder mundial

A particularidade do caso chinês é que este país tem condição de alterar a geografia do poder mundial e, por sua vez, a posição do país *hegemônico*²¹ no século XX, os EUA. A inserção internacional da China foi (e tem sido) condição para a realização dos objetivos centrais de solidificação da segurança nacional, eliminação do isolamento diplomático e projeção da modernização, definidas na década de 1970. Entretanto, superado estes objetivos iniciais, a China está acumulando forças para alterar a geografia do

²⁰ VIZENTINI, P. *Geopolítica e conflitos contemporâneos*. Porto Alegre: Leitura XXI, v. 2, 2004, p. 51-2. Esta passagem ilustra isto: “a afirmação das religiões reformadas e dos Estados europeus nos séculos XVI e XVII foi acompanhada de matanças e violências, a Revolução Inglesa (que implantou um regime liberal-parlamentar) necessitou do terror de Cromwell e a independência dos EUA conheceu a expulsão (e o confisco dos bens) dos pró-ingleses para o Canadá, o extermínio dos povos indígenas e os horrores da guerra civil de 1861-65. O surgimento da igualdade, liberdade e fraternidade da Revolução Francesa dependeu do “Grande Medo” desencadeado pelos camponeses, do terror jacobino, do esmagamento dos revoltosos da Vendeia e da repressão interna e pilhagem externa protagonizadas por Napoleão Bonaparte, enquanto a unificação alemã protagonizada por Bismarck foi obtida a “ferro e sangue” (sobretudo de alemães), segundo expressão do próprio chanceler prussiano. Os impérios coloniais europeus foram construídos por meio da conquista violenta de dezenas de povos, que causou milhões de mortes e o extermínio de alguns deles.”

²¹ Por hegemonia entende-se um poder dominante e consentido, com capacidade de apresentar-se como portador de um interesse geral (e de ser percebido assim), conforme ARRIGHI, G.; SILVER, B. (2001: p. 35-36), sendo capaz de definir os traços gerais do sistema internacional (organizações internacionais, articulações diplomáticas, paradigmas de acumulação econômica, etc.). A consolidação da hegemonia após a 2ª Guerra Mundial foi o ponto alto de um período de acumulação de forças que se estendeu do final do século XVIII até meados do século XX, passando pela conquista da independência, pela conformação do espaço nacional e pela projeção regional de poder. Contudo, a partir dos anos 1970, a reestruturação da economia capitalista e a emergência de novos polos de poder desencadearam um longo ciclo de reorganizações de forças no sistema mundial - que, aliás, se aceleraria drasticamente após o fim da Guerra Fria.

poder mundial. Esta reorganização assenta-se na sólida base regional de poder, projetada para Leste, com o que ficou conhecido como “asianização” (FUNABASHI, 1994)²² da Ásia, e para Oeste, com a criação da Organização para Cooperação de Shanghai (2001), fundamentais ao desenvolvimento e à segurança nacionais.

As dinâmicas regionais se intensificam (asianização) e a China, pelas dimensões de sua economia, torna-se seu centro gravitacional, deslocando tanto EUA como Japão de suas posições de poder. Para ilustrar, no final dos anos 1980, os Tigres Asiáticos já superavam os EUA como investidores em países da ASEAN. Em 1991, a Ásia já havia superado os EUA como a maior destinação de exportações japonesas (ARRIGHI, 1998, p. 100-1). De 1995 a 2005, o comércio exterior da China com a ASEAN passou de US\$ 20 bilhões, para US\$ 130 bilhões²³, absorvendo déficits planejados da ordem de US\$ 20 bilhões. Além disso, a China atrai metade do comércio regional e 60% dos investimentos, sendo o maior importador de bens de Taiwan e Coreia do Sul e, incluindo Hong Kong, o maior mercado para as exportações de Japão, Cingapura, Malásia e Filipinas. Enquanto absorve déficits no comércio de bens com a Ásia, mantém grandes superávits com os EUA e com a União Europeia (AHN, 2004, p. 20-22). Um exemplo disto é a balança comercial da China com o mundo e com a ASEAN (Gráfico 1).

Em 1997, cerca de 20% dos manufaturados importados pela China eram oriundos dos EUA. Em 2003, estas proporções caíram para apenas 11%. Já com relação aos novos países industrializados da Ásia, a China importava menos de 15% dos manufaturados desta região em 1997, passando em 2003 para 29% (Gráfico 2).

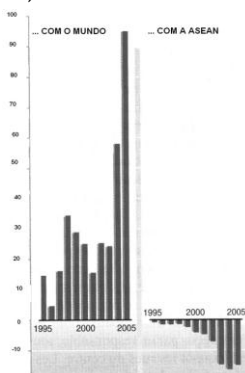


Gráfico 1: Balança comercial da China (US\$ bilhões)

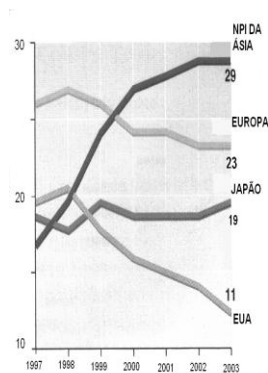


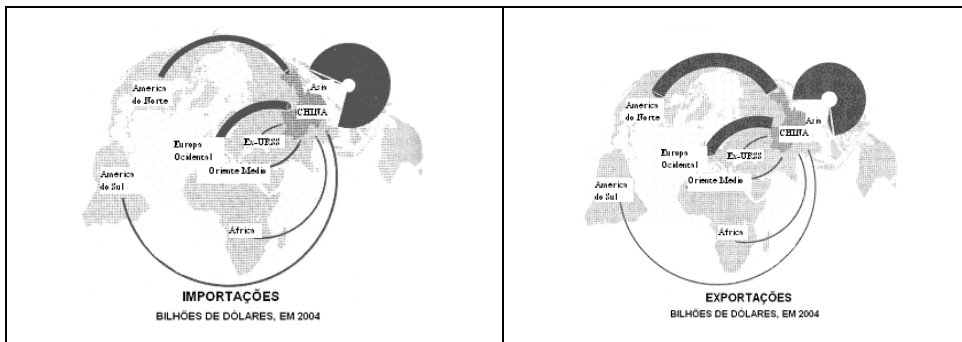
Gráfico 2: Origem das importações chinesas de manufaturados

Fonte: *L'Atlas du Monde Diplomatique* (Hors-Série), 2006, Paris, p. 163.

²² O autor utiliza-se do conceito de “asianização” para referir-se à dinâmica regional cada vez mais endógena.

²³ *The Economist*, 19 de novembro de 2005, p. 24.

O comércio exterior da China com o mundo (importações/exportações) e a origem das importações de seus manufaturados é revelador do processo de “asianização” (Mapa 2 e 3). O percentual das relações bilaterais entre China e o entorno da Ásia dá a dimensão da importância que a dinâmica regional já assumiu. Mas, o mais importante é que tanto este processo de “asianização” está em franca ascensão quanto a China cada vez mais se torna seu centro gravitacional.



Mapa 1: As exportações e importações mundiais para a China

Fonte: *L'Atlas du Monde Diplomatique* (Hors-Série), 2006, Paris, p. 162.

É bom lembrar que dois dos Tigres Asiáticos são chineses (Hong Kong e Taiwan) e o outro tem três quartos da população chinesa (Cingapura) (SUKUP, 2002, p. 89). Isto favorece a ascendência política e cultural da China sobre a região e também sobre os fluxos econômicos, tanto comerciais quanto financeiros. Ao dinamismo econômico, somam-se esforços para impulsionar a integração política da região. Apesar das pretensões dos EUA de manterem o domínio sobre a região, esta vai assumindo dinâmica própria. Se a criação do Foro para a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), em 1989, reflete os objetivos dos EUA, a China não tem aceitado ser um parceiro menor na região (PINTO, 2000, p. 48-9).

A formação da ASEAN+3 (China, Japão e Coreia do Sul), em 1997, ganhou impulso tanto pela inoperância da APEC quanto pelo fim da Guerra Fria, apesar dos ressentimentos e rivalidades ligadas ao imperialismo japonês. Há, nesse sentido, disputas sino-japonesas revelando uma acomodação de forças no Extremo Oriente, associadas à forte penetração dos EUA na região²⁴.

A crise asiática, que na essência era uma crise global, atestou a importância da diplomacia chinesa na região. O país acudiu financeiramente

²⁴ Enquanto a China incrementa sua capacidade de projeção de poder, o Japão se encontra diante de uma recessão desde o final dos anos 1980, sem ter definido claramente suas opções de projeção internacional e alinhamentos político, demonstrando baixa autonomia diplomática. Já para os EUA, as dificuldades para se manter como potência dominante na região se tornam cada vez mais evidentes, tendo em vista a integração regional (asianização) e a projeção da China.

as economias vitimadas, através da decisão política de não desvalorizar o yuan, mesmo prejudicando seu desempenho econômico (OLIVEIRA, 2000, p. 87), demonstrando a flexibilidade da política externa chinesa e sua capacidade de absorver os impactos de instabilidades internacionais em benefício regional. Além do mais, os dirigentes chineses, que têm reagido à tentativa de enquadramento do FMI, apontaram a influência indireta dos EUA como responsável pela crise.

Os países da Ásia-Pacífico percebem as ameaças que podem minar sua segurança regional. Há o entendimento difundido de que “a desestabilização de qualquer vizinho pode resultar na sua própria desestabilização”, numa espécie de *instabilidade mútua assegurada* (RADTKE, 2006, p. 42). Mas, existem importantes forças contraditórias relacionadas à reorganização de forças na região, aos novos alinhamentos diplomáticos, às pretensões de potências extraregionais e aos interesses de cada país na busca pelo desenvolvimento e pela maior autonomia na inserção externa. Esta reorganização de forças guarda, por isso, potenciais conflitos ligados à recolocação de países em declínio relativo (EUA e Japão), de países em ascensão (China e Índia), de países que visam a recompor sua projeção (Rússia) e de países de importância regional que buscam manter algum protagonismo (Paquistão, Coreia do Sul, Vietnã, etc.).

Se a projeção para Leste está consolidada, a China tem buscado fortalecer a projeção para Oeste, com a OCS²⁵. O Grupo dos Cinco de Shangai (1996), com China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, se desdobraria na Organização para Cooperação de Shangai (OCS), incorporando ainda o Uzbequistão. A OCS, entre 2004 e 2005, com intuito de ampliar e aprofundar a integração regional, admitiu quatro países como observadores: Mongólia, Paquistão, Irã e Índia.

Os objetivos da OCS foram sintetizados no *espírito de Shangai* com cinco C's: confiança, comunicação, cooperação, coexistência e comum interesse. O objetivo inicial da integração regional é o combate aos *três males* (separatismo, fundamentalismo e terrorismo) ligados à insurgência islâmica, como no Xinjiang e na Chechênia (CHUNG, 2004, p. 994)²⁶. Entretanto, a preocupação central é conter a ascendência dos EUA sobre a Ásia Central, aumentada após os atentados de 11 de setembro, e intensificar a cooperação estratégica sino-russa. Esta cooperação possui forte *complementaridade*, uma vez que a Rússia tem enormes reservas de recursos naturais, especialmente petróleo e gás natural, e destacado desenvolvimento no campo tecnológico-

²⁵ A Organização para Cooperação de Shangai será objeto de estudo da Tese de Doutorado que está sendo produzido por mim no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, sob orientação do Dr. Marco Cepik.

²⁶ O autor destaca que a “China tornou-se membro formal de um grupo regional que não é exclusivamente de orientação econômica”.

militar enquanto a China tem grande acumulação de capital e potencial mercado consumidor. Apesar disso, as relações sino-russas apresentam fortes contradições, tornando a integração regional e a relação com os EUA ainda mais complexas.

A cooperação sino-russa tem alcançando as áreas estratégicas de defesa e tecnologia militar²⁷, além da cooperação energética. Se o desenvolvimento do litoral chinês com os países da Ásia-Pacífico tem sido importante, não podemos menosprezar a convergência do Oeste da China com os países da Ásia Central (JABBOUR, 2006, p. 70)²⁸, que ultrapassam as questões de segurança. Além da reconstrução dos novos países da Ásia Central, da evolução da aproximação sino-russa, os desafios da OCS passam pela forte capacidade de penetração dos EUA na região. Os EUA preocupam-se com os recursos naturais da Ásia Central, uma região rica em algodão, alumínio, ouro e, sobretudo, petróleo e gás (CHUNG, 2004, p. 993)²⁹, bem como com o fato de que a região (Ásia Central, Sibéria russa e Oeste da China) se torne o espaço geoeconômico de ligação da Europa com a Ásia-Pacífico, tornando a Eurásia uma área integrada, desenvolvida e fora do seu controle geopolítico.

A manutenção da modernização e da estabilidade doméstica depende da capacidade do Estado chinês de *dirigir* o processo de desenvolvimento nacional. O governo chinês tem mobilizado seus recursos políticos, tais como políticas de ICT e política monetária (câmbio, juros e créditos). O resultado tem-se expressado nas taxas elevadíssimas de crescimento econômico, nos enormes superávits comerciais e nas sólidas reservas internacionais. Em 2000, as reservas internacionais da China eram de US\$ 156 bilhões de dólares, chegando, em 2005, a US\$ 819 bilhões. As reservas internacionais, os superávits comerciais e o controle das contas de capitais são *sinais de força* da China contra choques externos (Tabela 7) que evidenciam a capacidade estatal de planejamento.

Da mesma forma, outros indicadores macroeconômicos evidenciam a solidez do desenvolvimento. A dívida externa tem-se apresentado em níveis controlados, na casa dos 14% do PIB desde 1990, com um pico máximo de 18,5% em 1994, enquanto os investimentos em ativos fixos passaram de US\$ 88 bilhões em 1980 para US\$ 741,3 bilhões em 2004. Já o PIB em PPP (paridade

²⁷ Cabe destacar ainda que China e Rússia criaram o CENTRASBAT (Central Asian Battallions), assinado em 1996-7 com o Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão, visando aos exercícios militares conjuntos. Os atentados de 11 de setembro, apesar da reversão da expectativa sobre o regime talibã, deram, com a Guerra ao Terrorismo, a legitimidade necessária para a permanência na região. Em 2003, começou a funcionar em Tashkent, capital do Uzbequistão, a Agência Regional Antiterrorismo, ilustrando a preocupação com a segurança regional.

²⁸ O autor destaca (nota de rodapé nº 37) a cooperação no oeste da China com os países da Ásia Central por meio do Xinjiang, com crescentes relações comerciais, trocas de tecnologia e pessoal especializado em indústrias petroquímica e mecânica, assim como a exportação/importação de produtos primários.

²⁹ Esta riqueza justificou a construção do oleoduto concluído em 2006 que desvia os recursos fósseis do Cáspio para o porto turco de Ceyhan, passando pelo Azerbaijão e Geórgia

de poder de compra) passou de US\$ 455,50 bilhões em 1980, chegando a US\$ 7.546,60 U\$ em 2004, revelando, de um lado, o contraste com seu PIB nominal (U\$ 1.595,60 em 2004) e, de outro, um crescimento de mais de 16 vezes em menos de duas décadas e meia (Tabela 7).

Ano	Crescimento real do PIB (%)	Superávit comercial (em US\$ bilhões)	Reservas internacionais (em US\$ bilhões)	Dívida externa / PIB (%)	Crescimento do PIB em PPP (em US\$ bilhões)	Investimentos em ativos fixos (em US\$ bilhões)
1990	3,8	8,6	29	14,30	1.582,80	98,80
1991	9,2	8,2	43	14,80	1.773,10	111,60
1992	14,2	4,4	20	15,00	2.104,50	150,80
1993	13,5	- 12,2	22	14,30	2.438,00	225,30
1994	12,7	5,4	52	18,50	2.799,80	195,60
1995	10,5	16,7	75	16,90	3.243,20	243,10
1996	9,6	12,2	107	15,80	3.585,00	280,70
1997	8,8	40,4	142	16,30	3.877,40	303,40
1998	7,8	43,5	149	15,20	4.168,70	333,70
1999	7,1	29,2	157	15,30	4.566,30	356,10
2000	8,0	24,1	166	13,20	5.019,40	394,10
2001	7,5	22,5	212	13,40	5.525,30	444,80
2002	8,3	30,4	286	13,20	6.066,00	506,40
2003	9,1	25,5	403	13,40	6.752,30	619,80
2004	9,5	32,8	610	14,10	7.546,60	741,30
2005	-	-	819	-	-	-

Tabela 7: Desempenho macroeconômico chinês

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de www.cebc.org.br

Considerações finais

O surgimento da China como novo polo dinâmico da economia mundial e a erosão da hegemonia norte-americana abrem novas oportunidades de desenvolvimento na periferia (RANGEL, 2004, p 179)³⁰, aumentando o seu peso nos assuntos internacionais. Aliás, a China busca alterar a correlação de forças internacionais entre outros fatores, através de “déficits comerciais planejados com a periferia do capitalismo” (JABBOUR, 2006, 37) e de uma política externa baseada na não-ingerência em assuntos domésticos. Enquanto os EUA utilizam-se do recurso à agenda liberalizante para alinhar os países da periferia aos seus interesses, a China aproveita-se para ampliar sua esfera de

³⁰ Nesse artigo, o autor discute a mudança dos centros hegemônicos e seu papel na transformação da dinâmica econômica na periferia, nesse caso, no Brasil.

influência. Isso se traduz em importação de *commodities*, cooperação tecnológica, realização de investimentos, aliança com a periferia nos organismos internacionais, bem como no apoio à formação de um mundo multipolar. O resultado tem sido o deslocamento das posições dos EUA da Ásia, primeiramente, e mesmo em outros continentes, como atesta a forte presença chinesa na África.

A presença em organismos internacionais pode se constituir em outro espaço de atuação política. A entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, evidencia um compromisso pragmático dos líderes chineses para reforçar as exportações e o aporte de investimentos externos (SUKUP, 2002, p. 83). Entretanto, as peculiaridades do desenvolvimento chinês é que este combina elementos que *não estão presentes em conjunto* nos outros países da Ásia, como Japão e Tigres Asiáticos. São recursos de poder fundamentais: grande território e população; abundância de recursos naturais; dinâmico e diversificado parque produtivo; notável desenvolvimento científico-tecnológico; um Estado com uma elite com tradição e projeto definido; diplomacia apta a desenvolver uma inserção global não-subordinada; poder militar dissuasório; relativa coesão social; e matriz cultural milenar capaz de projetar-se além do espaço nacional. Em outras palavras, a China pode tornar-se um *Estado-pivô*³¹ na nova geografia do poder mundial que se conforma desde o final da Guerra Fria, bem como a Ásia-Pacífico transformar-se em um *eixo alternativo* ao Atlântico Norte que tem ordenado o sistema internacional desde as Grandes Navegações.

Bibliografia

- AHN, B. The rise of China and the future of east asian integration. In: *Asia-Pacific Review*. vol. 11, n° 2, 2004, pp. 18-35.
- AMIN, S. *Os desafios da mundialização*. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2006.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UFRJ: 2001.
- ARRIGHI, G. ascensão do Leste Asiático. In: *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 93-130.
- BIJIAN, Z. China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status. In: *Foreign Affairs*, set/out, n° 5, vol. 85, 2005.
- CASTELLS, M. *Fim do Milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

³¹ A compreensão adotada é mais complexa que a de KENNEDY, P. Pivotal States and U.S. Strategy. In: *American Foreign Policy*. Annual Editions: 1998, p. 56-58. Entende-se por Estado-pivô aquele cuja dinâmica afeta a estabilidade regional e internacional, devido à capacidade de poder (recursos como população, território, peso econômico, etc.) e poder real (alinhamentos diplomáticos, opções estratégicas, ambições internacionais, etc.).

- CEPIK, M.; MARTINS, J. **Política Internacional**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004.
- CHANG, H. **Chutando a escada**. A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHUNG, C. The Shanghai Co-operatin Organization: China's changing influence in Central Asia. In: **China Quarterly**. 180, 2004, pp. 989-1009.
- FUNABASHI, Y. A asianização da Ásia. In: **Política Externa**, volume 2, n° 4, 1994, pp.15-21.
- JABBOUR, E. 2006, **China: infraestrutura e crescimento econômico**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- KISSINGER, H. **Diplomacia**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1997.
- LOSURDO, D. **Fuga da história?** Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- MAGNOLI, D. **Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MEDEIROS, C. China: entre os séculos XX e XXI. In: Fiori, J. (Org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 379-411.
- OLIVEIRA, A. Formação de uma economia regional no Leste Asiático. **Cadernos Geográficos**. Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências/UFSC, 2006
- OLIVEIRA, H. Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. In: **São Paulo em perspectiva**. 16(1), 2000, pp. 114-124.
- PINTO, P. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- RADTKE, K. Leste Asiático em busca da segurança geopolítica (energética). In: VIZENTINI; WIESEBRON. **Neohegemonia americana ou multipolaridade?** Porto Alegre: UFRGS, 2006, pp. 40-138.p. 42
- RANGEL, I. Revisitando a “questão nacional”. SILVA, José (Org.) **Questão agrária, industrialização e crise urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, pp. 175-93.
- SALINAS, S. **O Bando dos Quatro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SPENCE, J. **Em busca da China moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VIZENTINI, P.; RODRIGUES, G. **O dragão chinês e os tigres asiáticos**. Porto Alegre: Novo Século, 2000.
- VIZENTINI, P. **Geopolítica e conflitos contemporâneos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 3 vol., 2004.